

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,** Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e dos Relatórios dos Auditores Independentes. **Desempenho nas operações de Seguros e Previdência Complementar Aberta:** Com forte atuação no Rio Grande do Sul, a seguradora possui 14,6% de participação no mercado de Seguros de Pessoas no estado, sendo líder absoluta entre as seguradoras com matriz na região. O faturamento (\*) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. no exercício de 2019 foi de R\$ 1,1 bilhão, o que representa um aumento de 48,7% em relação a 2018. A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência em 2019 foi de R\$ 420,7 milhões, superando em 137,4% o exercício de 2018, o que contribuiu para que a Companhia figurasse entre as dez maiores no segmento. As reservas de previdência, incluindo VGBL (\*\*), ultrapassaram R\$ 1,1 bilhão em 2019, com acréscimo de 70,2%. A soma dos resultados das operações de seguros, resseguro e previdência complementar alcançou R\$ 281,9 milhões, atingindo um crescimento de 10,7% em relação ao ano anterior. O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo atingido R\$ 18,0 milhões. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 133,9 milhões. Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 95,7 milhões em 2019, alcançando um aumento de 17,3% em relação ao exercício de 2018. O retorno sobre o patrimônio (ROE) atingiu a marca de 57,7% no período. O patrimônio líquido atingiu R\$ 189,2 milhões em 2019, obtendo um incremento de 14,1% em relação ao ano anterior e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1,7 bilhão, alcançando um acréscimo de 45,8% em relação ao ano anterior. O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. Por fim, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020. A Administração. \* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas. (\*\*) O VGBL é registrado nas provisões técnicas de seguros por determinação da SUSEP em virtude de se tratar de seguro de vida com cobertura de sobrevivência.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.538.613</b>	<b>1.010.589</b>	<b>Circulante</b>	<b>552.525</b>	<b>364.745</b>
<b>Disponível</b>	<b>25.265</b>	<b>26.742</b>	<b>Contas a Pagar</b>	<b>58.470</b>	<b>32.159</b>
Caixa e Bancos	9.233	3.466	Obrigações a Pagar	38.814	15.927
Equivalente de Caixa	Nota 5	16.032	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	3.160	1.516
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>1.394.903</b>	<b>892.871</b>	Impostos e Contribuições	Nota 11	16.349
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>	<b>50.688</b>	<b>45.065</b>	Outras Contas a Pagar	147	126
Prêmios a Receber	Nota 6	40.012	<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b>	<b>35.954</b>	<b>28.397</b>
Operações com Seguradoras	Nota 7	9.360	Prêmios a Restituir	6	5
Operações com Resseguradoras		1.316	Operações com Seguradoras	3.710	2.942
<b>Créditos das Operações com Previdência Complementar</b>	<b>49</b>	<b>51</b>	Operações com Resseguradoras	3.276	1.026
<b>Outros Créditos Operacionais</b>	<b>23.550</b>	<b>13.674</b>	Corretores de Seguros e Resseguros	Nota 12	28.034
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b>	<b>4.804</b>	<b>1.293</b>	Outros Débitos Operacionais	928	280
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>1.281</b>	<b>795</b>	<b>Débitos de Operações com Previdência Complementar</b>	<b>17</b>	<b>8</b>
Títulos e Créditos a Receber	1.104	618	<b>Depósitos de Terceiros</b>	<b>7.873</b>	<b>2.908</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9.a)	177	<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>420.165</b>	<b>285.553</b>
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	<b>38.073</b>	<b>30.098</b>	<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>30.064</b>	<b>15.720</b>
Seguros	Nota 14	38.061	<b>Não Circulante</b>	<b>980.664</b>	<b>650.952</b>
Previdência	Nota 15	12	<b>Contas a Pagar</b>	<b>47.427</b>	<b>43.437</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>183.783</b>	<b>170.916</b>	Tributos Diferidos	Nota 9	1.402
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>79.934</b>	<b>80.259</b>	Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 18	46.025
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b>	<b>1.879</b>	<b>394</b>	<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>827.804</b>	<b>516.409</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>49.338</b>	<b>40.907</b>	<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>105.222</b>	<b>91.066</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 18	49.338	<b>Outros Débitos - Provisões Judiciais</b>	<b>211</b>	<b>40</b>
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	<b>52.185</b>	<b>48.857</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>189.207</b>	<b>165.808</b>
Seguros	Nota 14	52.103	Capital Social	72.188	72.188
Previdência	Nota 15	82	Reservas de Lucros	113.706	91.457
<b>Investimentos</b>	<b>224</b>	<b>219</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.313	2.163
<b>Imobilizado</b>	<b>139</b>	<b>174</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.722.396</b>	<b>1.181.505</b>
<b>Intangível</b>	<b>84</b>	<b>106</b>			
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.722.396</b>	<b>1.181.505</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2018**  
 (Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS						Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>72.188</b>	<b>6.413</b>	<b>42.237</b>	<b>16.865</b>	<b>2.534</b>	<b>-</b>	<b>140.237</b>
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(371)	-	(371)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	81.535	81.535
<b>Destinação do Lucro Líquido:</b>	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	4.077	-	-	-	(4.077)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	42.458	-	-	(42.458)	-
Dividendos declarados e pagos - AGO de 03/2018	-	-	-	(16.865)	-	-	(16.865)
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE de 07/2018	-	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.728)	(8.728)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	26.271	-	(26.271)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>72.188</b>	<b>10.490</b>	<b>54.696</b>	<b>26.271</b>	<b>2.163</b>	<b>-</b>	<b>165.808</b>
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	1.150	-	1.150
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	95.675	95.675
<b>Destinação do Lucro Líquido:</b>	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	3.948	-	-	-	(3.948)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	73.177	-	-	(73.177)	-
Dividendos declarados e pagos - AGO de 01/2019	-	-	-	(26.271)	-	-	(26.271)
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE de 08/2018	-	-	(20.000)	-	-	-	(20.000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.550)	(18.550)
Juros sobre capital próprio	-	-	(8.605)	-	-	-	(8.605)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>72.188</b>	<b>14.438</b>	<b>99.268</b>	<b>-</b>	<b>3.313</b>	<b>-</b>	<b>189.207</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
 (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como única acionista a Bannrisul Icatu Participações S.A., e é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapart Participações Ltda e também pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Bannrisul"). A Companhia em 17/09/2019, solicitou desligamento voluntário do Consórcio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, tendo comunicado a SUSEP e obtendo retorno de ciência através do ofício eletrônico nº 64/2019/SUSEP. Desligamento efetivado em 1º de janeiro de 2020, nos termos previstos no Instrumento de Consórcio. Integralizando a parcela da reserva de contingência relativa à sua participação no Consórcio DPVAT em R\$ 405, assim como a transferência das ações nominativas ordinárias para a Seguradora Líder - DPVAT no valor de R\$ 215. **1.1 Transferência de Carteira – Habitacional:** A Companhia obteve aprovação para a transferência parcial da carteira do ramo habitacional, através da Portaria SUSEP/DIR3 nº 3 de 15 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial em 13 de setembro de 2019, cedida pela Sul América Companhia Nacional de Seguros, cujo o objetivo foi consolidar as apólices do canal de vendas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul junto a Rio Grande Seguros e Previdência S.A.. Os registros contábeis foram efetuados em outubro de 2019, a liquidação financeira ocorrida e registrada em dezembro de 2019. O valor final da transação, gerou um crédito a favor da Companhia no valor de R\$ 4.019, conforme cláusula de ajustes gerenciais previstas em contrato. Abaixo, destacamos o quadro com a apresentação dos valores transferidos pela Sul América Companhia Nacional de Seguros, referentes ao acervo líquido da carteira. **Carteira Habitacional Sul América**

ATIVO	4.514	PASSIVO	4.514
<b>Circulante</b>	<b>3.255</b>	<b>Circulante</b>	<b>2.624</b>
Aplicações Financeiras	2.683	Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	374
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	374	Provisões Técnicas	1.864
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	198	Outros Débitos	2
<b>Não Circulante</b>	<b>1.259</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>1.801</b>
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	2	Provisões Técnicas	1.788
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	230	Outros Débitos	13
Títulos e Créditos a receber	1.027	<b>Acervo Líquido</b>	<b>89</b>

**2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras ("demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Com o objetivo de adequar as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, os valores referentes a Reserva de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial e Lucro Líquido do Exercício, antes alocados em "Outras Contas a Pagar" foram classificados em "Outros Passivos".

	31/12/2019	Ajustes	Reclassificado	31/12/2018
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>	<b>73.203</b>	<b>-</b>	<b>73.203</b>	<b>73.203</b>
Outras Contas a Pagar	73.203	53.964	127.167	127.167
Outros Passivos	-	(53.964)	(53.964)	-
<b>Total ajustado</b>	<b>73.203</b>	<b>-</b>	<b>73.203</b>	<b>73.203</b>

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2020. **2.1. Base de Mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Caixa e Equivalente de Caixa. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. • Ativos financeiros disponíveis para venda. • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.2. Moeda Funcional e de Apresentação:** As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. **3.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera o seguinte: • Os prêmios de seguros e coseguros, suas comissões, despesas administrativas e operacionais são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas, ou à vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas. • As operações de coseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres. As operações DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação como consorciada. Os resultados mensais são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração, conforme definido em instrumentos do consórcio. • As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo re-

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios Emitidos	607.877	533.000
Contribuições para Cobertura de Riscos	887	688
Varição das Provisões Técnicas	(10.689)	(16.152)
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>598.075</b>	<b>517.536</b>
Receita com Emissão de Apólices	2.918	2.555
Sinistros Ocorridos	(86.768)	(87.600)
Custos de Aquisição	(213.425)	(168.125)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(23.737)	(12.372)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>277.063</b>	<b>251.994</b>
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS</b>	<b>2.740</b>	<b>55</b>
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	526.546	228.188
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(413.655)	(168.086)
<b>Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL</b>	<b>112.891</b>	<b>60.102</b>
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	6.184	4.944
Varição de Outras Provisões Técnicas	(113.994)	(59.744)
Custo de Aquisição	(2.861)	(2.577)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(95)	(61)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>2.125</b>	<b>2.664</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(117.841)</b>	<b>(102.036)</b>
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>(26.440)</b>	<b>(22.969)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>17.954</b>	<b>19.671</b>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>14</b>	<b>171</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>155.615</b>	<b>149.550</b>
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	47	(51)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>155.662</b>	<b>149.499</b>
<b>Imposto de Renda</b>	<b>(35.687)</b>	<b>(36.474)</b>
<b>Contribuição Social</b>	<b>(24.300)</b>	<b>(31.490)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>95.675</b>	<b>81.535</b>
Quantidade de Ações	2.091	2.091
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$	45.755,48	38.993,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2018**  
 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>95.675</b>	<b>81.535</b>
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>1.150</b>	<b>(371)</b>
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.917	(652)
Efeitos dos Impostos	(767)	281
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>96.825</b>	<b>81.164</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2018**  
 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>95.675</b>	<b>81.535</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>95.675</b>	<b>81.535</b>
<b>Ajustes para:</b>	<b>771.241</b>	<b>151.273</b>
Depreciações e amortizações	115	261
Resultado de Equivalência Patrimonial	(14)	-
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(47)	51
Varição Impostos Sobre o Lucro	83.801	10.096
Varição das Provisões Técnicas Seguros	641.642	128.696
Varição das Provisões Técnicas Previdência	45.744	12.169
<b>Varição nas contas patrimoniais</b>	<b>(501.707)</b>	<b>(219.627)</b>
Aplicações	1.934	(6.829)
Débitos/Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	11	-
Débitos/Créditos das Operações com Previdência Complementar	(4.996)	261
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	-	347
Créditos Tributários e Previdenciários	(8.431)	(17.793)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(11.303)	(25.037)
Custos de Aquisição Diferidos	(10.308)	(1.629)
Outros Ativos	82.927	127.167
Outras Contas a Pagar	4.965	456
Depósitos de Terceiros	(195.635)	86.090
Provisões Técnicas - Seguros	(17.262)	11.914



**RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.**

CNPJ: 01.582.075/0001-90  
www.riograndesseguradora.com.br  
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

**3.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos a seguir: **3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **3.4.2. Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.4.3. Empréstimos e Recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo, são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", não havendo registro de empréstimos, que são contabilizados pelo custo amortizado ajustados por perdas por redução ao valor recuperável. **3.5. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela TR + 0,5% (mensal). **3.6. Imobilizado:** Mensurado pelo seu custo histórico, deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispendios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na demonstração do resultado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, pelas seguintes taxas: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica. E são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de 5 anos, pela taxa de 20% a.a.. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica "resultado patrimonial", no momento da baixa do ativo. **3.8. Investimentos:** As participações acionárias em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". **3.9. Redução ao valor recuperável:** **3.9.1. Ativos financeiros:** Títulos e valores mobiliários sem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. A redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis é calculada para os demais ramos operados, sendo constituída provisão de 100% para os clientes com faturas vencidas há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor, conforme disposto na circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. As perdas são reconhecidas no resultado em contrapartida de conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período. **3.9.2. Ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. **3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15%. Com o fim da vigência da Lei nº 13.169, passou a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 20% para 15%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. **3.11 Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando dos prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independente da probabilidade de perda. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais"; no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente a Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. **3.12 Contratos de Seguro:** A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 - Contratos de Seguro. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os

termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos. Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão do mesmo. A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício. **3.13 Provisões Técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo "CPC 11 - Contratos de Seguro", e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos, exceto para o ramo DPVAT cujos valores são provenientes da Seguradora Líder. No passivo foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas-base, foram classificadas no ativo/passivo não circulante. **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos:** As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL. As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **Provisão de Sinistros a Liquidar:** A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cossegueros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cossegueros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), que é calculado considerando o histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. e refletido no saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados:** Provisão constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações, sendo que: (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera 60 meses para desenvolvimento de sinistros (incluindo a experiência do parceiro Banrisul na Icatu Seguros), entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após 60 meses desde a sua ocorrência. (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos 12 meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão. **Provisão de Prêmios não Ganhos:** Provisão constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. **Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar:** A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações. **Provisão de Despesas Relacionadas:** A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (*ABC, Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. **Provisão de Excedente Técnico:** Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada aplicação/certificado que possua a cláusula de excedente técnico. **Provisão Complementar de Cobertura:** Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). **3.14 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O "CPC 11 - Contratos de Seguro" requer que as seguradoras, que emitem contratos classificados como contratos de seguro, analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em contrapartida no resultado. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSB-V.2015-m e BR-EMSB-V.2015-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. **Resultado do cálculo do TAP:** O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

	31/12/2019	31/12/2018
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	8.301	5.821
Provisões técnicas na data-base	(7.555)	(5.451)
<b>Resultado do TAP</b>	<b>746</b>	<b>370</b>

Para os produtos de Previdência, referente aos benefícios já concedidos, o resultado do teste de adequação de passivos apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro, nos planos de cobertura por invalidez, no valor de R\$ 746 (R\$ 370 em 31/12/2018), resultando na constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. **3.15 Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável de recebíveis; (iii) provisões técnicas PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR, PET e PCC; (iv) créditos tributários e previdenciários; (v) provisões judiciais; e (vi) diferimento dos custos de aquisição para os produtos de previdência complementar. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício. **3.16 Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente: **3.16.1 IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar a IAS 39 até 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classifica-

ção e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). **3.16.2 IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros - substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação e não o custo histórico. A Companhia iniciou a preparação para a implementação dessa norma através da realização de diagnóstico cujo resultado abrangerá as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse diagnóstico serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma. **3.16.3 IFRS 16 (CPC 06 – R2) – Arrendamentos:** O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia efetuou análise nos contratos ativos e não há aplicabilidade do normativo. Ressaltamos que o normativo ainda não foi referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **4. GESTÃO DE RISCO:** A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas. Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os quesitos de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia. A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos, destacadas a seguir: 1. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de responsáveis pelos riscos, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios. 2. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e Conselho de Administração. 3. A terceira linha de defesa, executada pela Auditoria Interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa. O gestor de riscos atua como figura central de todo o processo, sendo este responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, bem como pela emissão de relatórios para análise dos Comitês de Gestão de Risco, do Comitê de Auditoria da Diretoria e do Conselho de Administração. O ciclo de Gestão de Riscos é composto por 8 etapas, executadas de forma integrada entre a primeira e segunda linhas de defesa. As etapas são as seguintes: (i) Identificação e/ou Revisão dos Riscos; (ii) Apuração do Risco Inerente; (iii) Avaliação dos Controles; (iv) Apuração do Risco Residual; (v) Atualização das matrizes de Riscos; (vi) Priorização e tratamentos; (vii) Construção de Planos de Ação (P.A.); e (viii) Acompanhamento P.A. e Reporte. Os riscos são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados, e estão divididos em 4 classes, sendo os níveis diferenciados entre si da seguinte forma: 1. Crítico: Potencial de impacto superior a 10% do último resultado anual da Companhia; 2. Severo: Potencial de impacto superior a 5% e menor ou igual a 10% do último resultado; 3. Moderado: Potencial de impacto superior a 0,5% e menor ou igual a 5% do último resultado; e 4. Reduzido: Potencial de impacto inferior a 0,5% do último resultado. Appetite a Riscos é um importante conceito adotado, aplicado através de simulações num horizonte de 1 ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress. Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade. **4.1 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. **4.2 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.2.1 Principais Riscos Associados: 4.2.1.1 Risco de Crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos ou resseguradoras) de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. **4.2.1.1 Principais Riscos Associados aos Investimentos:** A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em 31/12/2019, R\$ 260.311 / 68,00% (R\$ 202.659 / 58,37% em 31/12/2018) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 35.443 (R\$ 56.578 em 31/12/2018). Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 1.108.072 (R\$ 649.207 em 31/12/2018). Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 87.042 em 31/12/2019 (R\$ 87.962 em 31/12/2018). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos a suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos. Em 31/12/2019 não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo. **4.2.1.2 Principais Riscos Associados ao Resseguro:** Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua Política de Resseguro. Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito. A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como a produtos de Risco de Previdência. No quadro abaixo é demonstrada a exposição ao risco de crédito em operações de resseguro:

Tipo Ressegurador	Rating	31/12/2019		31/12/2018	
		Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)	Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	963	12,04%	379	10,96%
Local	B++ pela AmBest	174	2,17%	204	5,92%
Local	AA- pela Standard & Poor's	5.481	68,52%	873	25,25%
Local	A pela AmBest	1.363	17,04%	300	8,67%
Local	BR/AA+ pela Standard & Poor's	18	0,23%	26	0,75%
Local	BBB pela Standard & Poor's	-	0,00%	1.674	48,44%
<b>Total</b>		<b>7.999</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.456</b>	<b>100,00%</b>

**4.2.1.2 Risco de Mercado:** Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de stress da carteira. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco. (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico; - A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01. - O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

continua



**RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.**

CNPJ: 01.582.075/0001-90  
www.riograndesseguradora.com.br  
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

Fatores de Risco	31/12/2019			
	DIV01	EWMA	VaR	Exposição
Pré-fixado - DI	-	0,89	-	-
Taxa Referencial	-	0,97	-	-
IGPM	-	0,95	-	-
IPCA	13.685	0,97	816.858	85.159
Ações	-	0,96	14.458	172

**4.2.1.3 Risco de Liquidez:** Consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descaimento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia e discute regularmente, em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos. Em conformidade com exigências regulatórias a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência mantidos pela Companhia:

Ativos e passivos	31/12/2019			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	9.233	-	-	9.233
Equivalente de Caixa	16.032	-	-	16.032
Aplicações Financeiras	390.323	247.429	837.085	1.474.837
Crédito das operações de seguros e previdência	74.287	-	-	74.287
Ativos de resseguro - provisões técnicas	4.804	779	1.100	6.683
Títulos e créditos a receber	1.281	49.338	-	50.619
<b>Total de ativos</b>	<b>495.960</b>	<b>297.546</b>	<b>838.185</b>	<b>1.631.691</b>
Contas a pagar	58.470	47.427	-	105.897
Provisões Técnicas	450.211	324.241	608.785	1.383.237
Débito das operações	35.971	-	-	35.971
Depósitos de terceiros	7.119	754	-	7.873
<b>Total de passivos</b>	<b>551.771</b>	<b>372.422</b>	<b>608.785</b>	<b>1.532.978</b>

Ativos e passivos	31/12/2018			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	3.466	-	-	3.466
Equivalente de Caixa	23.276	-	-	23.276
Aplicações Financeiras	255.872	717.258	-	973.130
Crédito das operações de seguros e previdência	58.790	-	-	58.790
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.293	367	27	1.687
Títulos e créditos a receber	795	40.907	-	41.702
<b>Total de ativos</b>	<b>343.492</b>	<b>758.532</b>	<b>27</b>	<b>1.102.051</b>
Contas a pagar	32.159	43.437	-	75.596
Provisões Técnicas	301.273	353.228	254.247	908.748
Débito das operações	28.405	-	-	28.405
Depósitos de terceiros	2.550	358	-	2.908
<b>Total de passivos</b>	<b>364.387</b>	<b>397.023</b>	<b>254.247</b>	<b>1.015.657</b>

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no agindo não representa risco. **4.2.2 Risco Operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e Compliance. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria. A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de

novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia. Para os riscos de Compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de Compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de a Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados, bem como suas práticas operacionais. Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados. **4.2.3 Risco de Subscrição.** É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas. A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco. A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de risco. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas. Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a Política de Resseguro e com as diretrizes acordadas com a Diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no exercício:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2019						
Ramo/região geográfica	Centro					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	63.965	154.155	218.120
Prestamista	-	-	-	21.967	256.486	278.453
DPVAT	1.154	2.132	590	4.965	1.158	9.999
Acidentes Pessoais	-	-	-	23.467	53.005	76.472
Outros	-	-	-	-	15.031	15.031
<b>Total Seguros</b>	<b>1.154</b>	<b>2.132</b>	<b>590</b>	<b>114.364</b>	<b>479.835</b>	<b>598.075</b>

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2018						
Ramo/região geográfica	Centro					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	71.643	121.831	193.474
Prestamista	-	-	-	15.520	219.717	235.237
DPVAT	2.319	4.203	1.089	10.177	4.223	22.011
Acidentes Pessoais	-	-	-	24.679	36.183	60.862
Outros	-	-	-	-	5.952	5.952
<b>Total Seguros</b>	<b>2.319</b>	<b>4.203</b>	<b>1.089</b>	<b>122.019</b>	<b>387.906</b>	<b>517.536</b>

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2018						
Ramo/região geográfica	Centro					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	63.965	153.373	217.338
Prestamista	-	-	-	21.967	256.349	278.316
DPVAT	1.154	2.132	590	4.965	1.158	9.999
Acidentes Pessoais	-	-	-	23.467	52.894	76.361
Outros	-	-	-	-	13.426	13.426
<b>Total Seguros</b>	<b>1.154</b>	<b>2.132</b>	<b>590</b>	<b>114.364</b>	<b>477.200</b>	<b>595.440</b>

A distribuição de rendas de contribuições e prêmios de VGBL está concentrada na região Sul totalizando R\$ 112.891 (R\$ 60.102 em 2018). **5. APLICACÕES FINANCEIRAS:** As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa: R\$ 16.032 (R\$ 23.276 em 31/12/2018). Em 31/12/2019, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 79.616 (R\$ 112.039 em 31/12/2018). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 5.523 (R\$ 3.606 em 31/12/2018). Segue demonstração da abertura da carteira:

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	31/12/2019						
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	87.105	-	-	-	87.105	5,84%
<b>Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos</b>	-	<b>44.526</b>	<b>253.487</b>	<b>701.531</b>	<b>303.049</b>	<b>1.302.593</b>	<b>87,37%</b>
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)	-	44.516	196.028	593.245	274.283	1.108.072	74,32%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	38.121	108.286	28.766	175.173	11,75%
Operações Compromissadas	SELIC	-	19.411	-	-	19.411	1,30%
Outros	-	10	(73)	-	-	(63)	0,00%
<b>Total</b>	-	<b>131.631</b>	<b>253.487</b>	<b>701.531</b>	<b>303.049</b>	<b>1.389.698</b>	<b>93,21%</b>

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado	31/12/2018						
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	88.013	-	-	-	88.013	8,83%
<b>Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos</b>	-	<b>9.446</b>	<b>123.026</b>	<b>522.522</b>	<b>114.477</b>	<b>769.472</b>	<b>77,22%</b>
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)	-	9.436	89.785	435.508	114.477	649.206	65,15%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	-	87.014	-	87.014	8,73%
Operações Compromissadas	SELIC	-	33.302	-	-	33.302	3,34%
Outros	-	10	(60)	-	-	(50)	-0,01%
<b>Total</b>	-	<b>97.459</b>	<b>123.027</b>	<b>522.522</b>	<b>114.477</b>	<b>857.485</b>	<b>86,05%</b>

II. Títulos Disponíveis para Venda:	31/12/2018						
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	-	-	-	115.645	-	115.645	11,61%
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,50%	-	-	115.645	-	115.645	11,61%
<b>Total</b>	-	-	-	<b>115.645</b>	-	<b>115.645</b>	<b>11,61%</b>
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	-	<b>97.459</b>	<b>146.303</b>	<b>638.167</b>	<b>114.477</b>	<b>996.406</b>	<b>100,00%</b>

**5.2 Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>628.717</b>	<b>137.441</b>	<b>766.158</b>
(+) Aplicações	604.203	-	604.203
(-) Resgates	(392.107)	(33.121)	(425.228)
(+) Rendimentos	39.948	11.977	51.925
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(652)	(652)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>880.761</b>	<b>115.645</b>	<b>996.406</b>
(+) Aplicações	1.005.851	-	1.005.851
(-) Resgates	(535.853)	(42.086)	(577.939)
(+) Rendimentos	54.971	9.663	64.634
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	1.917	1.917
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.405.730</b>	<b>85.139</b>	<b>1.490.869</b>

**5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo:** Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	31/12/2019		
	Nível 01	Nível 02	Total

Ações de Cias Abertas	33	-	33
Opções	-	176	176
Futuros	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	552.787	-	552.787
Notas do Tesouro Nacional:	76.382	718	77.100
Letras do Tesouro Nacional	204.966	5.507	210.473
Débentures de Distribuição Pública	-	248.960	248.960
Operações Compromissadas	60.150	-	60.150
Letras Financeiras	-	102.589	102.589
Certificados de Depósito Bancário	-	12.841	12.841
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	87.105	87.105
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	-	45.081	45.081
Notas Promissórias	-	10.001	10.001
Outros	-	(1.566)	(1.566)
<b>Total (I + II)</b>	<b>85.139</b>	-	<b>85.139</b>

II. Títulos disponíveis para venda:	31/12/2018		
	Nível 01	Nível 02	Total

Notas do tesouro nacional	85.139	-	85.139
<b>Total (I + II)</b>	<b>85.139</b>	-	<b>85.139</b>

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	31/12/2019		
	Nível 01	Nível 02	Total

Ações de Cias Abertas	25	-	25
Opções	-	28	28
Letras Financeiras do Tesouro	203.598	-	203.598
Notas do Tesouro Nacional:	163.418	-	163.418
Letras do Tesouro Nacional	153.802	-	153.802
Débentures de Distribuição Pública	-	64.020	64.020
Operações Compromissadas	105.128	-	105.128
Letras Financeiras	76.067	-	76.067
Certificados de Depósito Bancário	-	11.183	11.183
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	88.013	88.013
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	-	10.298	10.298
Notas Promissórias	-	6.791	6.791
Outros	-	(1.610)	(1.610)
<b>Total (I + II)</b>	<b>115.645</b>	-	<b>115.645</b>

**5.4 Instrumentos Financeiros Derivativos:** Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem no resultado da companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da companhia.

6. PRÊMIOS A RECEBER. 6.1. Composição do saldo de prêmios a receber:		
31/12/2019	31/12/2018	
Prestamista	23.494	19.063
Acidentes Pessoais Coletivo	5.759	4.345
Vida em Grupo	10.721	9.065
Outros	127	181
<b>Total de Prêmios a Receber Bruto</b>	<b>40.101</b>	<b>32.654</b>
Redução ao Valor Recuperável	(89)	(16)
<b>Total de Prêmios a Receber</b>	<b>40.012</b>	<b>32.638</b>

**6.2. Movimentação de prêmios a receber:** A movimentação dos prêmios



**RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.**

CNPJ: 01.582.075/0001-90  
www.riograndesseguradora.com.br  
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

**10. OBRIGAÇÕES A PAGAR:** O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	142	234
Dividendos a Pagar	25.864	8.729
Pagamentos a realizar	1.290	457
Provisão Fundo de Marketing	1.730	1.135
Prestação de Serviços Compartilhados	9.627	5.346
Outras Contas a Pagar	161	26
<b>Total</b>	<b>38.814</b>	<b>15.927</b>

**11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

	31/12/2019	31/12/2018
IR	7.927	9.198
CSLL	5.452	3.434
COFINS	1.938	1.685
PIS	315	273
Outros	717	-
<b>Total</b>	<b>16.349</b>	<b>14.590</b>

**12. DÉBITO DAS OPERAÇÕES - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS**

	31/12/2019	31/12/2018
Comissões riscos emitidos diretos	866	1.887
Comissões RVNE	12.226	8.181
Comissões Cosseguro Aceito	6.002	7.187
Comissão Cosseguro Aceito RVNE	1.268	1.534
Pró-labore	7.672	5.355
<b>Total Corretores de Seguros e Resseguros</b>	<b>28.034</b>	<b>24.144</b>

**13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS:** Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

Aging:	31/12/2019	31/12/2018
1 até 30 dias	7.062	1.933
31 até 60 dias	30	70
61 até 120 dias	13	186
121 até 180 dias	6	361
181 até 365 dias	8	-
Acima de 365 dias	754	358
<b>Total</b>	<b>7.873</b>	<b>2.908</b>

**14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - SEGUROS:** As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2019		31/12/2018	
	Pessoas	Sobrevida	Pessoas	Sobrevida
<b>Circulante</b>				
Prêmios não Ganhos	25.575	-	22.420	-
Prêmios não Ganhos - RVNE	17.635	-	13.706	-
Sinistros a Liquidar	51.147	-	50.068	-
Excedente Técnico	36	-	32	-
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	105.756	-	117.742	-
Benefícios a Conceder	-	215.800	-	78.497
Benefícios Concedidos	-	103	-	48
Resgates e/ou Outros	-	-	-	-
Valores a Regularizar	-	3.102	-	2.490
Provisão para Despesas Relacionadas	1.011	-	550	-
<b>Total</b>	<b>201.160</b>	<b>219.005</b>	<b>420.165</b>	<b>81.035</b>
<b>Não Circulante</b>				
Prêmios não Ganhos	29.416	-	26.409	-
Sinistros a Liquidar	5.947	-	3.243	-
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	25.908	-	16.282	-
Benefícios a Conceder	-	765.108	-	470.430
Benefícios Concedidos	-	1.357	-	-
Provisão para Despesas Relacionadas	64	4	45	-
<b>Total</b>	<b>61.335</b>	<b>766.469</b>	<b>827.804</b>	<b>45.979</b>

(\*) Com DPVAT. A movimentação das provisões de técnicas e custo de aquisição diferidos de seguros compõem como seguem:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldos em	Constituições	Amortizações	Atualizações
Prêmios não Ganhos	48.829	20.303	(14.141)	-
Prêmios não Ganhos - RVNE	13.706	10.819	(6.890)	-
Benefícios a Conceder	548.927	558.631	(162.614)	35.964
Benefícios Concedidos	48	1.500	(107)	19
Sinistro a Liquidar	53.311	344.022	(341.433)	1.194
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	134.024	73.113	(80.549)	5.076
Resgates e/ou Outros	2.490	31.617	(31.005)	-
Excedente Técnico	32	24	(20)	-
Provisão de Despesas Relacionadas	595	1.650	(1.235)	69
<b>Total</b>	<b>801.962</b>	<b>1.041.679</b>	<b>(637.994)</b>	<b>42.322</b>
<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>Saldos em</b>	<b>Constituições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Atualizações</b>
Prêmios não Ganhos	35.826	28.300	(15.297)	-
Prêmios não Ganhos - RVNE	10.590	8.833	(5.717)	-
Benefícios a Conceder	369.403	215.767	(60.011)	23.768
Benefícios Concedidos	-	79	(33)	2
Sinistro a Liquidar	49.377	136.457	(133.607)	1.084
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	119.632	83.719	(74.048)	4.721
Resgates e/ou Outros	1.745	15.826	(15.081)	-
Excedente Técnico	51	33	(52)	-
Provisão de Despesas Relacionadas	553	1.249	(1.245)	38
<b>Total</b>	<b>587.177</b>	<b>490.263</b>	<b>(305.091)</b>	<b>29.613</b>
<b>Custo de Aquisição Diferido</b>	<b>Saldos em</b>	<b>Constituições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Atualizações</b>
Diferido	54.178	25.240	(541)	78.877
<b>Total</b>	<b>54.178</b>	<b>25.240</b>	<b>(541)</b>	<b>78.877</b>

**Análise de Sensibilidade - Seguros:** Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade da premissa de sinistralidade, o stress de 5% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações baseadas na experiência observada. Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

VARIÁVEL	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios	Bruto de Resseguro	Bruto de Resseguro
Aumento de 5%	4.337	4.132
Sinistralidade de Sinistralidade	4.337	4.295
Redução de 5%	(4.337)	(4.295)

**15. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR:** As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não Ganhos	74	-	74	64	-	64
Benefícios a Conceder	27.976	99.189	127.165	14.340	85.940	100.280
Benefícios Concedidos	734	5.361	6.095	617	4.786	5.403
Sinistros a Liquidar	496	-	496	46	-	46
Eventos Ocorridos mas não Avisados	426	-	426	226	-	226
Provisão de Despesas Relacionadas	1	11	12	1	11	12
Resgates e/ou Outros	254	-	254	385	-	385
Valores a Regularizar	-	-	-	-	-	-
Provisão Complementar de Cobertura	85	661	746	41	329	370
<b>Total</b>	<b>30.046</b>	<b>105.222</b>	<b>135.268</b>	<b>15.720</b>	<b>91.066</b>	<b>106.786</b>

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas	31/12/2018		Consti-tuições	Rever-sões	Atualização Monetária	31/12/2019	
	31/12/2018	31/12/2018				31/12/2019	31/12/2019
Prêmios não Ganhos	64	36	(26)	-	-	74	
Benefícios a Conceder	100.279	48.228	(26.742)	5.401	127.166		
Benefícios Concedidos	5.403	677	(365)	380	6.095		
Sinistro a Liquidar	46	2.641	(2.252)	61	496		
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	226	466	(266)	-	426		
Resgates e/ou Outros	386	4.694	(4.825)	-	254		
Valores a Regularizar	-	-	-	-	-		
Provisão de Despesas Relacionadas	12	5	(5)	-	11		
Provisão Complementar de Cobertura	370	1.302	(926)	-	746		
<b>Total</b>	<b>106.786</b>	<b>58.049</b>	<b>(35.407)</b>	<b>5.840</b>	<b>135.268</b>		

Provisões Técnicas	31/12/2017		Consti-tuições	Rever-sões	Atualização Monetária	31/12/2018	
	31/12/2017	31/12/2017				31/12/2018	31/12/2018
Prêmios não Ganhos	57	16	(9)	-	64		
Benefícios a Conceder	76.569	31.952	(12.323)	4.081	100.279		
Benefícios Concedidos	4.595	709	(581)	680	5.403		
Sinistro a Liquidar	333	700	(991)	4	46		
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	203	137	(114)	-	226		
Resgates e/ou Outros	415	3.906	(3.935)	-	386		
Valores a Regularizar	-	-	-	-	-		
Provisão de Despesas Relacionadas	9	5	(2)	-	12		
Provisão Complementar de Cobertura	521	421	(572)	-	370		
<b>Total</b>	<b>82.702</b>	<b>37.846</b>	<b>(18.572)</b>	<b>4.765</b>	<b>106.786</b>		

Custo de Aquisição Diferido	31/12/2017		Consti-tuições	Amorti-zações	31/12/2018	Consti-tuições	Amorti-zações	31/12/2019
	31/12/2017	31/12/2017						
Diferido	16	65	(3)	78	26	(10)	94	
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>65</b>	<b>(3)</b>	<b>78</b>	<b>26</b>	<b>(10)</b>	<b>94</b>	

**Análise de Sensibilidade - Previdência:** As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência/cancelamento o stress de 10% representa o dobro da oscilação média observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos um stress de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado. Nas premissas Desistência e Conversão de Renda o impacto foi nulo, as demais premissas não indicam impacto significativo no resultado e patrimônio líquido, conforme quadro abaixo:

Coberturas de Acumulação/ Sobrevivência	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Bruto de Resseguro</b>	<b>640</b>	<b>464</b>
<b>Bruto de Resseguro</b>	<b>(562)</b>	<b>(367)</b>
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>97</b>

**VARIÁVEL** Taxa de Juros: Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ) 640 464. Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ) (562) (367). Agravado de 10% na taxa de sobrevivência 287 237. Redução de 10% na taxa de sobrevivência (260) (215).

**16. DESENVOLVIMENTO DE SINISTRO:** O desenvolvimento de sinistros a liquidar não considera as informações de DPVAT, operacionalizadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., no montante de R\$ 8.642 (R\$ 9.469 em 31/12/2018), demonstrado a seguir.

No ano do aviso	Ano de aviso do sinistro				
	2015	2016	2017	2018	2019
1 ano após o aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	90.851
2 anos após o aviso	7.399	52.810	59.397	73.471	-
3 anos após o aviso	6.624	47.856	56.328	-	-
4 anos após o aviso	6.515	46.739	-	-	-
Estimativa na data base (2019) (a)	6.440	46.739	56.328	73.471	90.851
Pagamentos efetuados (b)	6.419	45.851	55.228	69.595	47.786
<b>Total</b>	<b>421</b>	<b>888</b>	<b>1.100</b>	<b>3.876</b>	<b>43.063</b>

**Valor de Sinistros Pendentes** 48.948. **Sinistros a Liquidar DPVAT** 8.642. **Sinistros a Liquidar Total** 57.590.

**17. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS:** Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Provisões Técnicas - Seguros e Previdência:	31/12/2019		31/12/2018	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
<b>Ajustes:</b>	<b>1.383.237</b>	<b>908.748</b>		
Custos de Aquisição Diferidos (reduutores)(a)	(20.666)	(17.860)		
Provisões Técnicas - Resseguros (reduutores)(b)	(5.592)	(1.174)		
<b>Total a ser Coberto</b>	<b>1.356.979</b>	<b>889.714</b>		

**Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas** Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos 1.387.732 885.117. Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos 87.105 88.013. **Total dos Ativos Vinculados** 1.474.837 973.130. **Equivalente de Caixa** 16.032 23.276. **Total de Aplicações** 1.490.869 996.406. **Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva** 133.890 106.692.

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 38.073 e Não Circulante R\$ 52.185, total R\$ 90.258 sendo redutores R\$ 20.666 e não redutores R\$ 69.592. (b) Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas: Circulante R\$ 4.804 e Não Circulante R\$ 1.879 total de R\$ 6.683 sendo redutores R\$ 5.592 e não redutores R\$ 1.091.

**18. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPOSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS - 18.1 Provisão de Sinistros a Liquidar - Judicial:** Em 31 de dezembro de 2019, as provisões de natureza cível que contempla sinistros em disputa judicial relacionados, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. A Companhia apura atualmente o percentual de perda calculado em estudo específico, baseado no histórico das ações judiciais. Quando necessário o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais. Abaixo composição da Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial por probabilidade:

Probabilidade de Perda	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	29	2.559	2.559	2	50	50
Possível	59	4.343	-	7	257	-
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>6.902</b>	<b>2.559</b>	<b>9</b>	<b>307</b>	<b>50</b>

(\*) Provisões cíveis relacionadas à sinistros/benefícios são apresentadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, na rubrica Provisões Técnicas - Seguros (Nota 15).

**18.2 Outras Provisões Judiciais:** O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demais causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "Outros Débitos", conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de Perda	31/12/2019		
------------------------	------------	--	--



# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

www.riograndeseguradora.com.br

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Icatu Seguros S.A.* (Controladora) (b)	12.577	14.280	(9.712)	(7.192)	(120.321)	(96.855)	164.276	191.038
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (c)	-	1.347	-	-	(86.635)	(27.344)	76.154	20.508
Icatu Assessoria Ltda (Ligada) (d)	-	-	(7.155)	(5.199)	(75.224)	(53.430)	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros) (a)	49	102	(928)	(281)	-	-	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora) (e)	-	-	(25.864)	(8.729)	-	-	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos (Ligada) (f)	-	-	-	(2)	(12)	-	-	-
Rio Grande Capitalização S/A (Ligada) (d)	5.969	-	-	-	(14.989)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>18.595</b>	<b>15.729</b>	<b>(43.659)</b>	<b>(21.403)</b>	<b>(297.181)</b>	<b>(177.629)</b>	<b>240.430</b>	<b>211.546</b>

\*Controladora indireta. A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (a) O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar"; (b) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes; (c) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes; (d) A Companhia adquire títulos de capitalização para sorteios dos clientes de seguro de vida. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais"; (e) Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados; (f) Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.

**21. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO – SEGUROS:** Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2019			31/12/2018		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
Vida em Grupo	218.120	16,5%	35%	193.474	13,7%	33,9%
Prestamistas	278.455	17,5%	38%	235.237	14,4%	33,8%
DPVAT	9.999	76,5%	0%	22.011	81,2%	1,2%
Acidentes Pessoais	76.471	9,2%	37%	60.862	13,9%	35,1%
Outros	15.030	10,6%	21%	5.952	16,1%	23,0%
<b>Total</b>	<b>598.075</b>			<b>517.536</b>		

## 22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

### a) Prêmios Ganhos - Seguros

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios Emitidos Direto	425.328	312.954
Prêmios Cosseguro Aceito de Congêneres	164.276	191.038
Prêmio Emitido DPVAT	10.593	22.062
Prêmio Riscos Vigentes Não Emitidos	7.680	6.946
Receitas de Contribuições Planos Repartição Simples	507	376
Receitas de Contribuições Planos de Renda	380	312
Variação das provisões técnicas	(10.689)	(16.152)
<b>Total</b>	<b>598.075</b>	<b>517.536</b>

### b) Sinistros Ocorridos - Seguros

	31/12/2019	31/12/2018
Indenizações Avisadas	(81.519)	(69.725)
Indenizações Avisadas DPVAT	(14.945)	(12.976)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	15.068	961
Despesas com Sinistros	195	(44)
Despesas com Sinistros DPVAT	(4.925)	(5.529)
Outras Despesas com Sinistros	(642)	(287)
<b>Total</b>	<b>(86.768)</b>	<b>(87.600)</b>

### c) Custo de Aquisição - Seguros

	31/12/2019	31/12/2018
Comissões sobre Prêmio Emitido	(224.640)	(192.666)
Variação Despesa de Comercialização Diferida	11.215	24.541
<b>Total</b>	<b>(213.425)</b>	<b>(168.125)</b>

### d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros

	31/12/2019	31/12/2018
Outras Receitas DPVAT	179	634
Despesas com Cobrança	(8.067)	(2.656)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	(214)	(1)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	(33)	69
Despesas com títulos de Capitalização	(15.605)	(6.836)
Outras Despesas Operacionais	(2.856)	(3.141)
Resultado com a Migração da Carteira Habitacional	3.098	-
Outras Despesas DPVAT	(241)	(441)
<b>Total</b>	<b>(23.737)</b>	<b>(12.372)</b>

### e) Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência

	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Indenização - Seguros	3.517	1.182
Recuperação de Indenização de Benefícios - Previdência	94	287
Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros	(3.209)	(1.536)
Prêmio Cedido em Resseguro - Previdência	(7)	-
Variação de sinistros ocorridos - Seguros	1.766	179
Variação das provisões técnicas - Seguros	574	(57)
Variação das provisões técnicas - Previdência	5	-
<b>Total</b>	<b>2.740</b>	<b>55</b>

### f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL - Previdência

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios Emitidos	496.245	200.224
Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável	32.583	28.253
Restituições	(2.282)	(289)
<b>Total</b>	<b>526.546</b>	<b>228.188</b>

### g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência

	31/12/2019	31/12/2018
PPNG - Planos Repartição Simples	(3)	(4)
PPNG - Planos de Renda	(7)	(3)
PVR - Planos Renda	(112.188)	(59.111)
Despesas com Benefícios e Resgates	(1.311)	(742)
Outras Provisões	(485)	116
<b>Total</b>	<b>(113.994)</b>	<b>(59.744)</b>

### h) Despesas Administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal Próprio	(26)	(25)
Serviços de Terceiros	(105.793)	(88.792)
Localização e Funcionamento	(774)	(4.443)
Publicidade e Propaganda	(5.835)	(4.817)
Publicações	(219)	(90)
Donativos e Contribuições	(1.462)	(1.210)
Despesas Administrativas Diversas	(1.095)	(7)
Despesas Administrativas DPVAT	(2.637)	(2.652)
<b>Total</b>	<b>(117.841)</b>	<b>(102.036)</b>

### i) Despesas com Tributos

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos	(314)	(262)
COFINS	(21.811)	(19.035)
PIS	(3.544)	(3.093)
Taxa de Fiscalização	(722)	(544)
Outras Despesas com Tributos	(49)	(35)
<b>Total</b>	<b>(26.440)</b>	<b>(22.969)</b>

### j) Resultado Financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Categoria - Valor Justo por meio do Resultado</b>	<b>55.291</b>	<b>40.822</b>
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	49.549	35.449
Quotas de Fundos de Investimento - Consórcio DPVAT	5.742	5.373
Outras Receitas Financeiras - Consórcio DPVAT	153	232
Outras Receitas Financeiras	2.388	2.039

### Categoria - Disponível para Venda

	31/12/2019	31/12/2018
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	9.663	11.977
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>67.495</b>	<b>55.070</b>

### Categoria - Valor Justo por meio do Resultado

	(320)	(874)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(320)	(874)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(5.841)	(4.766)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(42.555)	(29.641)
Outras Despesas Financeiras	(825)	(118)
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(49.541)</b>	<b>(35.399)</b>
<b>Total</b>	<b>17.954</b>	<b>19.671</b>

**23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>155.662</b>	<b>155.662</b>	<b>149.499</b>	<b>149.499</b>
<b>ADIÇÕES</b>	<b>3.582</b>	<b>3.582</b>	<b>2.907</b>	<b>2.907</b>
Adição Permanente	37	37	180	180
Doações e Patrocínios Indedutíveis	1.424	1.424	1.173	1.173
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	171	171	6	6
Outras Provisões	595	595	150	150
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.355	1.355	1.398	1.398
<b>EXCLUSÕES</b>	<b>(10.361)</b>	<b>(10.361)</b>	<b>(2.524)</b>	<b>(2.524)</b>
Outras Provisões	(65)	(65)	(315)	(315)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(1.678)	(1.678)	(2.038)	(2.038)
Dividendos Recebidos	(13)	(13)	(171)	(171)
Juros Sobre Capital Próprio	(8.605)	(8.605)	(171)	(171)
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>148.883</b>	<b>148.883</b>	<b>149.882</b>	<b>149.882</b>
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	20%
Despesas com IRPJ/CSLL	(37.197)	(22.332)	(37.447)	(29.976)
Incentivos Fiscais	1.424	-	1.173	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	86	52	(200)	(192)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(2.020)	-	(1.322)
<b>Despesas com IRPJ/CSLL</b>	<b>(35.687)</b>	<b>(24.300)</b>	<b>(36.474)</b>	<b>(31.490)</b>
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	<b>22,9%</b>	<b>15,6%</b>	<b>24,4%</b>	<b>21,1%</b>

### 24. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31/12/2019 da Icatu Seguros.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Claudio Coutinho Mendes

Conselheiros: Luciano Snel Corrêa; Ademair Schardong; Claudio Leite Gastal

Contador: Marcos Célio Santos Nogueira - CRC-RJ nº 089.351/O-8

## DIRETORIA

Diretor Presidente: Cesar Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Seguros a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de Fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa